

Emancipação de um povo

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira

Chegou a hora de reorganizarmos a Nação brasileira. Todos os segmentos sociais deverão empenhar-se nesta ingente tarefa. Preconceitos e diferenças ideológicas deverão ser postos de lado, pois o momento é de construção. Esta missão não poderá contar com os que desejam a manutenção do status quo. Dela também não poderão participar os radicais de todos os matizes, unidos no objetivo comum da ação deletéria e destruidora.

Os pobres daqueles que pensam ser impossível criarmos uma sociedade melhor. A descrença e o pessimismo levam à estagnação. Ingênuo, por outro lado, quem imagina que a simples mudança nas esferas governamentais agirá como vara de condão em conto de fadas. O trabalho de cada um, voltado para o bem comum alicerçado em um sentimento de fé com realismo, nos conduzirá a caminhos mais suaves e a horizontes mais claros e desejáveis.

A Assembléia Nacional Constituinte surge como único caminho jurídico e democraticamente apto à reestruturação de nossa sociedade. Em seu seio os angustiantes problemas nacionais e as aspirações mais caras da sociedade poderão ser amplamente debatidos, para obter-se uma Constituição que contenha as dignas mestras de uma ordem social mais justa e humana.

As consciências democráticas e os espíritos sensíveis não passa de perceber o momento histórico que estamos vivendo. O povo brasileiro está diante da oportunidade que sempre lhe foi negada: a de emancipar-se. E está preparado para isto.

Esta emancipação significa o

encontro do povo consigo mesmo, com a sua cultura, com as suas características, com seus defeitos e mazelas, mas também com sua inteligência criativa e sagaz e com o seu marcado espírito de solidariedade.

A partir desse encontro e da exteriorização de sua verdadeira identidade, ele assumirá a consciência de sua potencialidade. Isso o conduzirá às soluções globais de seus problemas, deixando de lado aquelas de natureza meramente episódica ou setorial. Em outras palavras, o bem comum substituirá o interesse particular, porque em verdade a satisfação dos anseios gerais significa a satisfação das aspirações particulares.

Desse grandioso momento, cujo marco é a Assembléia Nacional Constituinte, não devem participar os imobilistas e os radicais. Aqueles porque só aceitam mudanças que solidifiquem sua situação, e estes porque almejam modificações que os deixem mais próximos do poder.

Acima de qualquer postura ideológica, todas as mentes bem formadas verificam que não é mais possível manter-se inerte diante da patética situação de miséria a que foram relegados milhões de brasileiros. Um país de inesgotável potencial econômico, quer pela fecundidade de sua terra, quer pelas riquezas materiais que possui, quer pela expressiva força de trabalho que pode ser explorada na indústria e nas demais atividades produtivas, não pode permitir que consideráveis parcelas de sua população vivam num estado de carência quase absoluta.

Por mais bem-intencionados

que sejam os futuros governantes pouco poderão fazer se não contarem com a colaboração efetiva de todo o corpo social. Deverá este desenvolver uma ação concreta, direcionada à reversão do processo de degeneração moral em que se encontra a sociedade brasileira. A recuperação dos valores morais que devem nortear a conduta humana indiscutivelmente é a base imprescindível para que ocorram as mudanças reclamadas em todos os demais setores.

Esta ação social deverá vir acompanhada da abstenção de certos hábitos e de certas posturas próprios das classes mais privilegiadas, bem por isso as mais responsáveis. Originárias de uma sociedade patriarcal e escravocrata, boa parcela da classe média e quase a totalidade de nossas elites insistem em manter-se avessas a reformas e a mudanças, temendo a perda de privilégios e de posições, quase sempre relacionadas à aquisição e a manutenção de status e de bens materiais. Tal conservadorismo não se compadece com uma sociedade enferma, extremamente necessitada de urgente recomposição, em todos os seus setores.

Colocados lado a lado dentro de uma Constituinte e, antes de sua convocação, no centro de uma ampla e exaustiva discussão sobre os problemas nacionais, representantes de todas as camadas sociais saberão colocar a nau da pátria no curso certo, fazendo-a navegar por mares calmos em direção a um porto seguro.

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
é conselheiro da OAB-SP